

MULHERES MAI(S)

(2011-2021)

8 de março de 2021



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Ficha técnica

Autoria e Coordenação

Gabinete do Ministro da Administração Interna

Colaboração

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
Direção de Serviços de Documentação e Relações Públicas

Capa e Arranjo Gráfico

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
Divisão de Informação e Relações Públicas

Edição

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Local e data de edição

Lisboa, março de 2021

Depósito Legal:

ISBN:

ÍNDICE

- 04** PREÂMBULO
- 06** INTRODUÇÃO
- 08** A SEGURANÇA E PREVENÇÃO NO FEMININO
- 14** MULHERES MAI NO MUNDO
- 17** TAXAS DE FEMINIZAÇÃO
- 24** MOMENTOS NO FEMININO
- 31** BIOGRAFIAS NO FEMININO

PREÂMBULO



Celebra-se hoje, 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de uma data celebrada pela Organização das Nações Unidas (ONU) há mais de 45 anos. Neste período muito mudou, incluindo em Portugal, mas continua a fazer todo o sentido assinalar este Dia como forma de celebrar os avanços efetuados no domínio da igualdade entre mulheres e homens, mas também para reconhecer o muito que ainda há por fazer. O tema deste ano escolhido pela ONU para celebrar este dia é "As mulheres na liderança: Alcançar um futuro igualitário num mundo de COVID-19". Deste modo, dá-se destaque ao papel das mulheres no combate a um dos maiores desafios atuais para a Humanidade, e naturalmente também para Portugal. A dificuldade dos tempos que vivemos, desde há precisamente um ano, determinou um elevado esforço coletivo, ao qual as mulheres e homens do Ministério da Administração Interna, e em especial aquelas e aqueles que estão na linha da frente, não estiveram alheios, muito pelo contrário.

No contexto da missão do Ministério da Administração Interna a promoção da igualdade entre homens e mulheres é uma prioridade. Esta prioridade materializa-se desde logo no empenhamento deste Ministério na prevenção e combate a múltiplas formas de violência de género (ex.: violência doméstica, tráfico de pessoas, mutilação genital feminina), mas também na preocupação em aumentar a representatividade das mulheres nas Forças e Serviços de Segurança.

Esta maior representatividade é fundamental para uma melhor intervenção, o que não significa de modo algum minorizar o contributo dos largos milhares de homens que todos os dias dão o seu contributo para a segurança interna.

A sociedade é feita de homens e mulheres em proporções idênticas, e que contribuem de formas complementares, nomeadamente para o serviço público, devendo o Estado dar o exemplo e contribuir para a desconstrução de estereótipos e para o combate de realidades que continuam a colocar as mulheres em posições de desigualdade, e, portanto, de menor liberdade de escolha.

Há vinte anos, 4% dos efetivos operacionais nas Forças e Serviços de Segurança (FSS) eram mulheres, passados vinte anos são 8%, sendo atualmente o seu número superior a 3500.

Se em 2000 a presença das mulheres militares na GNR era muito diminuta, hoje são já mais de 1600. Desde há um ano temos na PSP duas mulheres a comandar dois dos maiores comandos policiais: o Metropolitano do Porto e o distrital de Aveiro.

Existem já mais de 50 mulheres a comandar postos ou esquadras e mais de 20 a comandar destacamentos ou divisões. As mulheres estão também presentes em diversas outras unidades, tais como a Unidade de Controlo Costeiro, a Unidade Nacional de Trânsito e na Unidade de intervenção da GNR e na carreira de Guarda-florestal da GNR onde já constam 17 mulheres entre o seu efetivo. Na PSP as mulheres estão também presentes no Corpo de Segurança Pessoal, no Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo e no Grupo Operacional Cinotécnico.

São já mais de 380 as mulheres que na GNR e na PSP desempenham funções ao nível das respostas especializadas no âmbito do policiamento de proximidade e ou dirigidas a pessoas em situação de especial vulnerabilidade, designadamente vítimas de violência doméstica.

No SEF 5 mulheres têm funções de direção/coordenação nas direções regionais, incluindo a Direção regional dos Açores, entre outras mulheres em tais funções a outros níveis.

No contexto da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) as operações distritais de Aveiro e de Évora contam no seu comando com uma mulher, e as mulheres estão igualmente presentes nas Equipas de Intervenção Permanente e na Força Especial de Proteção Civil -“Canarinhos”.

Nos restantes serviços do Ministério da Administração Interna a taxa de feminização, em linha com a realidade geral da Administração Pública, situa-se acima dos 50%.

Apesar dos aumentos muito significativos da presença de mulheres nas funções operacionais os esforços devem prosseguir no sentido de aumentar a representatividade das mulheres, nomeadamente nas Forças de Segurança. Nesse sentido, emanei recentemente orientações fixando metas concretas no contexto dos processos de recrutamento para guardas e agentes.

A promoção da visibilidade do contributo das mulheres nas áreas da segurança interna, seja nas FSS ou na proteção civil, é fundamental e a presente iniciativa enquadra-se neste contexto.

Neste Dia, cumpre-me não esquecer nenhuma mulher e deixar naturalmente uma palavra de apreço ao contributo prestado pelas mais de 5000 mulheres que desempenham funções no Ministério da Administração Interna.

O contributo de todas é fundamental para garantirmos o direito à segurança e para continuar a fazer de Portugal um dos países mais seguros do mundo!

Lisboa, 8 de março de 2021

O Ministro da Administração Interna

Eduardo Cabrita

INTRODUÇÃO

Segundo os dados disponíveis relativos à Administração Pública Central, no final de 2020, a área governativa da Administração Interna constituía a segunda área governativa com mais postos de trabalho (45491), sendo apenas superada pela área governativa da Educação¹. Paralelamente, constitui a área governativa com menor taxa de feminização (11%), seguida da área governativa da Defesa Nacional, onde esta taxa é de 21%, e em todas as outras áreas governativas a proporção de mulheres é superior a 50%².

No final de 2020, cerca de 94% dos postos de trabalho da área governativa da Administração Interna são referentes aos efetivos que pertencem às Forças e Serviços de Segurança (FSS), grupo em que a taxa de feminização é de 8%.

As FSS, se agregadas, constituem o quinto grupo/carreira mais representativo ao nível da Administração Pública Central, sendo que nos restantes grupos/carreiras com maior volume de postos de trabalho a taxa de feminização é superior a 50%. No grupo das Forças Armadas a taxa de feminização é cerca de 13%, um valor igualmente superior ao registado para as referidas FSS.

Existem circunstancialismos históricos, socioculturais e organizacionais que contribuem para explicar esta realidade, embora não os justificando de forma completa. Refira-se, nomeadamente o facto de que a entrada das mulheres na GNR apenas teve início nos anos 90 do século XX, e no caso da PSP essa entrada, começou a ocorrer de forma sistemática e de forma mais significativa na década anterior desse mesmo século.

Em 2010 publicou-se as “Mulheres no MAI” e volvidos mais 10 anos procurou-se efetuar uma atualização, num formato que se pretende mais dinâmico e objetivo.

Levar a cabo esta iniciativa no atual contexto constituiu um desafio acrescido, no entanto, tendo em conta a importância do tema não se pretendeu deixar de assinalar esta data.

Trata-se de uma “fotografia” do Ministério relevante para a promoção

¹ Fonte: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Síntese estatística do emprego público (SIEP) 4.º Trimestre de 2020.

² Este dado refere-se a dezembro de 2019 (Fonte: DGAEP). SIEP 4.º trimestre de 2019.

da igualdade entre mulheres e homens.

Dar visibilidade ao contributo das mulheres na área da segurança interna constitui uma forma de discriminar positivamente este grupo, medida que se torna relevante na prossecução do princípio constitucional da igualdade, quando se torna efetivamente necessário discriminar para igualar.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é um dever do Estado (art.º 9.º da Constituição da República Portuguesa) e trata-se de um objetivo inscrito em diversos normativos internacionais, onde se destaca a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), bem como a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Na vertente da União Europeia (UE) são também diversos os documentos estratégicos que incidem sobre esta temática, destacando-se em especial o Plano da UE: Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025.

A nível nacional, importa mencionar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, e mais concretamente o Plano de Ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH) (2018-2021).

Entre 2011 e 2021, muito mudou no Ministério da Administração Interna, tendo sido neste período que exerceram funções as primeiras ministras, uma mudança que se operou a diversos níveis, não só em termos de cargos da tutela da Administração Interna, como em termos da crescente presença das mulheres em funções operacionais nas Forças e Serviços de Segurança e na proteção civil.

O caminho percorrido é longo, mas não está terminado. Importa salientar, a título de exemplo, que recentemente o Senhor Ministro da Administração Interna emitiu dois despachos muito relevantes neste domínio:

- Despacho n.º 11718-A/2020, de 25 de novembro que aprova o Regulamento das Condições Materiais das Salas de Atendimento

à Vítima em Estabelecimento Policial e onde ficou, nomeadamente expresso que o atendimento às vítimas especialmente vulneráveis, nomeadamente das vítimas de maus-tratos cometidos no contexto da violência doméstica deve ser realizado por elemento policial com formação específica para o efeito e sempre que possível ser efetuado, preferencialmente ou quando solicitado, por elemento policial do mesmo sexo.

• Despacho n.º 11905/2020, de 4 de dezembro com orientações à PSP para que na nova reserva de recrutamento (admissão de 1200 candidatos) para cursos (de agentes) a iniciar em 2021 se eleve o recrutamento de candidatos femininos de 14% (em 2020) para 20%.

A presente iniciativa, para além do destaque às mulheres em vertentes operacionais, quer através da apresentação de algumas que se encontram presentemente a desempenhar tais funções, quer da galeria de fotografias apresentadas, apresenta um capítulo com dados estatísticos que pretendem contribuir para um retrato mais completo da realidade. Procurou-se a este nível efetuar uma análise comparativa com a situação em 2010³, e no caso da análise relativa às taxas de feminização nas funções operacionais nas FSS o recuo foi até ao ano 2000. Finalmente é apresentada uma resenha das mulheres que entre 2011 e 2021 ocuparam/ocupam funções de tutela da Administração Interna ou cargos de direção superior. Neste caso, apresentam-se as mulheres que ocuparam tais cargos em serviços que existem atualmente no Ministério.

Fica aqui expresso o agradecimento às Mulheres MAI(s), aos serviços do MAI pela disponibilização de dados, informações e fotografias que integram esta iniciativa e um agradecimento especial à Equipa da SGMAI que viabilizou esta concretização.

Importa salientar que muitas mais “Mulheres MAI(s)” poderiam constar desta publicação, a maioria exerce funções nos serviços operacionais e estão na linha da frente, mas não pretendemos esquecer igualmente o contributo daquelas que desempenham funções em outros serviços

a outros níveis. Assim, fica aqui um agradecimento às mais de 5000 mulheres MAI(s)!

³ Para efeitos de comparação estatística a década analisada foi 2010 a 2020, uma vez que não seria ainda viável efetuar para 2011-2021.



A SEGURANÇA E PREVENÇÃO NO FEMININO

O TRILHO DAS MULHERES

A SEGURANÇA E PREVENÇÃO NO FEMININO

O TRILHO DAS MULHERES

A Superintendente Paula Peneda – Comandante do Comando Metropolitano do Porto desde 06 de março de 2020.

É licenciada em Ciências Policiais, pela Escola Superior de Polícia, Lisboa, de 1985/1990, e com a frequência de pós-graduação em Ciências Criminais, pela Universidade Moderna de Lisboa, de 1999/2000. Frequentou vários estágios e cursos na área da sua especialidade. Em 19 de março de 2012 nomeada Comandante do Comando Distrital de Santarém. A 26 de novembro de 2016 nomeada para o lugar de Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna na Embaixada de Portugal em Marrocos.



A Tenente-Coronel Maria Cristina Pereira lidera a Comissão para Igualdade de Género e Não Discriminação na GNR (CIGUARDA), criada em 2019.



Sandra Gonçalves, Inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ingressou na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF em 2000. Exerceu funções no aeroporto de Lisboa. Em 2006, foi colocada na Direção Central de Fronteiras, tendo em 2007 iniciado funções no NFPOC – Ponto de Contacto Nacional com a Agência Europeia FRONTEX - que estabelece a coordenação entre a Agência e os diversos parceiros FRONTEX, colocação que mantém até à presente data. Em 2012, exerceu funções durante um mês na Sede da FRONTEX, no Centro de Situação em Varsóvia. Representa ainda o SEF em reuniões internacionais no âmbito das atividades da FRONTEX, integrando alguns grupos de trabalho.



Ana Ramos, licenciada em Segurança Comunitária. Ingressou nos Bombeiros da Pampilhosa em 1991, tendo progredido até ao posto de Subchefe. Foi nomeada 2.º Comandante, e posteriormente, Comandante do CBV da Pampilhosa entre 2007 e 2017. Passou a exercer funções na ANEPC como 2.º Codis de Aveiro nesse mesmo ano até dezembro de 2020, assumindo atualmente a função de Comandante Operacional Distrital de Aveiro, em regime de substituição.





A Guarda Ana Granja, Militar do Posto Territorial de Alenquer, desempenhou funções como patrulheira durante 6 anos. Desde 2018 que presta serviço numa secção de inquéritos do destacamento.



Rita Barbosa, Inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras desde 2004 e, neste momento, exerce funções no Posto de Fronteira do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto. A sua função consiste em verificar as condições de entrada e saída dos passageiros, atuando na área da prevenção e deteção de crimes como a falsificação de documentos, auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas. Exerceu funções no SEF de norte a sul do país, passando por várias áreas - controlo de fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, fiscalização, investigação criminal e também num posto de atendimento do SEF. Já representou o Estado português em 3 missões FRONTEX no estrangeiro.



A Comissário Ana Vieira (responsável pela Formação e Instrução da Unidade Especial de Polícia, Grupo Operacional Cinotécnico) é Comandante do Grupo de Especialidades do Grupo Operacional Cinotécnico/Unidade Especial de Polícia desde 2016. Comandante de Esquadra, entre 2011 e 2015, no Comando Metropolitano de Lisboa, Divisão de Sintra. Colocada na Unidade Especial de Polícia, Grupo Operacional Cinotécnico, desde final da formação, desempenha funções como Comandante do Subgrupo Operacional Técnico e de Formação e Oficial responsável pelos binómios de busca e deteção de explosivos. Nesta qualidade, entre outras capacitações, tem adquirido relevante experiência na Gestão de Grandes Eventos – WEB SUMMIT, Festival da Canção, Liga das Nações, entre outros. Nomeada, em dezembro de 2020, Comandante do Grupo de Especialidades (responsável pela Formação e Instrução da Unidade Especial de Polícia, Grupo Operacional Cinotécnico).



A 1.º Sargento de Infantaria Filipa Mendes está colocada no Grupo de Intervenção Cinotécnico desde 2017 e desempenha funções de Comandante do Pelotão de Busca e Socorro da Companhia de Deteção Cinotécnica.

No âmbito operacional ao nível da FRONTEX foi destacada em 2019 e 2020 para a Missão MINERVA, em Ceuta com vista a assegurar o controlo das fronteiras externas da UE e consequentemente a segurança dos Estados-Membros.

Em 2019 integrou a Força Operacional Conjunta (FOCON) da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) destacada para Moçambique por força do Ciclone IDAI.

A Superintendente Virgínia Cruz da Polícia de Segurança Pública exerce o cargo de Comandante Distrital de Aveiro, desde 9 de março de 2020.

Foi comandante de diversas unidades territoriais e de serviços ao nível de comando distrital, Divisão e Esquadra entre 1992-1997 e 2007-2008, nomeadamente nos Comandos Distritais de Évora e Setúbal. Dos vários cargos desempenhados destaca-se, desde fevereiro de 2017, o desempenho do cargo de 2.º comandante do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP. Participou em diversos grupos de trabalho, foi conselheira para a Igualdade em representação do Ministério da Administração Interna (2003), representante da PSP na Equipa Interdepartamental do MAI no quadro do II Plano Nacional para a Igualdade e representou a PSP no Grupo Coordenador do Programa Escola Segura. Representou a PSP em projetos da União Europeia relacionados com o apoio a vítimas de crime.



A Capitã Edna Almeida, comanda o Destacamento Territorial da GNR de Torre de Moncorvo. É a primeira oficial mulher a comandar este destacamento.



A Guarda-Principal Marília Sebastião foi colocada na Unidade de Controlo Costeiro em 2008, tendo integrado as Equipas de Patrulhamento e Interceção Marítima em Sines e Lisboa. Desempenha a função de marinheiro a bordo das embarcações.

Participou na *FRONTEX Joint Operation Poseidon Sea 2017*, tendo sido destacada para a Ilha de Samos, na Grécia, entre abril e junho desse ano. No decorrer da missão internacional, esteve envolvida no resgate de 14 migrantes, a bordo de uma Lancha de Vigilância e Interceção, dos quais 4 eram mulheres.

Cátia Silva, 37 anos. Em 1999, com 15 anos ingressou como voluntária (cadete) no Corpo de Bombeiros de Braga, de 2005 a 2013 desempenhou funções como bombeira nos Bombeiros Voluntários de Braga, com vínculo de assalariada. Em 2006 tornou-se Formadora da Escola Nacional de Bombeiros na área de Tripulante de Ambulância de Transporte, tendo sido a primeira bombeira do Distrito a ser admitida como formadora da Escola Nacional de Bombeiros. Em 2013 deixou o vínculo de assalariada, continuando como bombeira voluntária no Corpo de Bombeiros. Iniciando pouco depois a função profissional de Técnica de emergência pré-hospitalar no INEM.



Atualmente e no âmbito profissional, exerce funções na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).



Joana Proença da Companhia de Ataque Estendido de Viseu, ingressou na Guarda Nacional Republicana no ano de 2015 e em 2018 frequentou o Curso de Primeira Intervenção em Proteção e Socorro. A militar encontra-se a desempenhar funções na vertente operacional, nomeadamente no combate a incêndios rurais, e nas demais atribuições cometidas à Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.



Ângela Fátima Neves Amaral, Agente Principal da Polícia de Segurança Pública, ingressou na Escola Prática de Polícia a 06 de outubro de 1998, tendo terminado a 07 de julho de 1999. Colocada no Comando Metropolitano de Lisboa a 08 de julho de 1999, 2.^a Divisão – Olivais, onde desempenhou funções operacionais. Em 05 de junho de 2007 foi convidada para exercer funções no Gabinete de Segurança do MAI, como Operadora do Subregisto. Desde essa data até à presente, tem-se mantido nesta função, desempenhando as tarefas que lhe foram atribuídas com empenho e responsabilidade.

A Intendente Célia Miranda, 2.^o Comandante do Comando Distrital de Portalegre.

Entrou na EPP (Escola Prática de Polícia) em 1992 e concorreu ao atual ISCPSI (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna) em 1994.

A vontade de exercer uma profissão que a fizesse sentir como parte ativa no bem estar do outro e contribuir para a harmonia social, fez abraçar o desafio de ser polícia há já mais de duas décadas.

“O sentido lato de justiça que na meninice nos invade e que divide o mundo em bons e maus foi a mola impulsadora para uma carreira que nada deve à rotina e ao tédio, decorrente de uma Polícia moderna e integral.

Fazer parte de uma Instituição que trata os seus pares de igual modo e em que as mesmas escolhas e oportunidades são uma constante, constitui um grande orgulho”.



Sara Ralha, 45 anos, Inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras desde 2004.

Nestes 17 anos de SEF trabalhou no Algarve, Braga, Lisboa e Viana do Castelo em áreas tão distintas como a investigação criminal, fiscalização, controlo de fronteiras aéreas e marítimas e Gabinete de Asilo e Refugiados.

Atualmente trabalha na Delegação Regional de Viana do Castelo onde, para além de instrução processual faz fiscalizações e controlo de fronteiras marítimas no porto marítimo de Viana do Castelo. Já representou por três vezes o país e o SEF em missões FRONTEX em Espanha, Itália e Grécia.



Rita Penedo, Chefe de Equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

Nasceu a 11 de dezembro de 1975. É licenciada em Sociologia pelo ISCTE/IUL, com Pós-graduação em Crime, Violência e Segurança Interna pela FCSH/UNL.

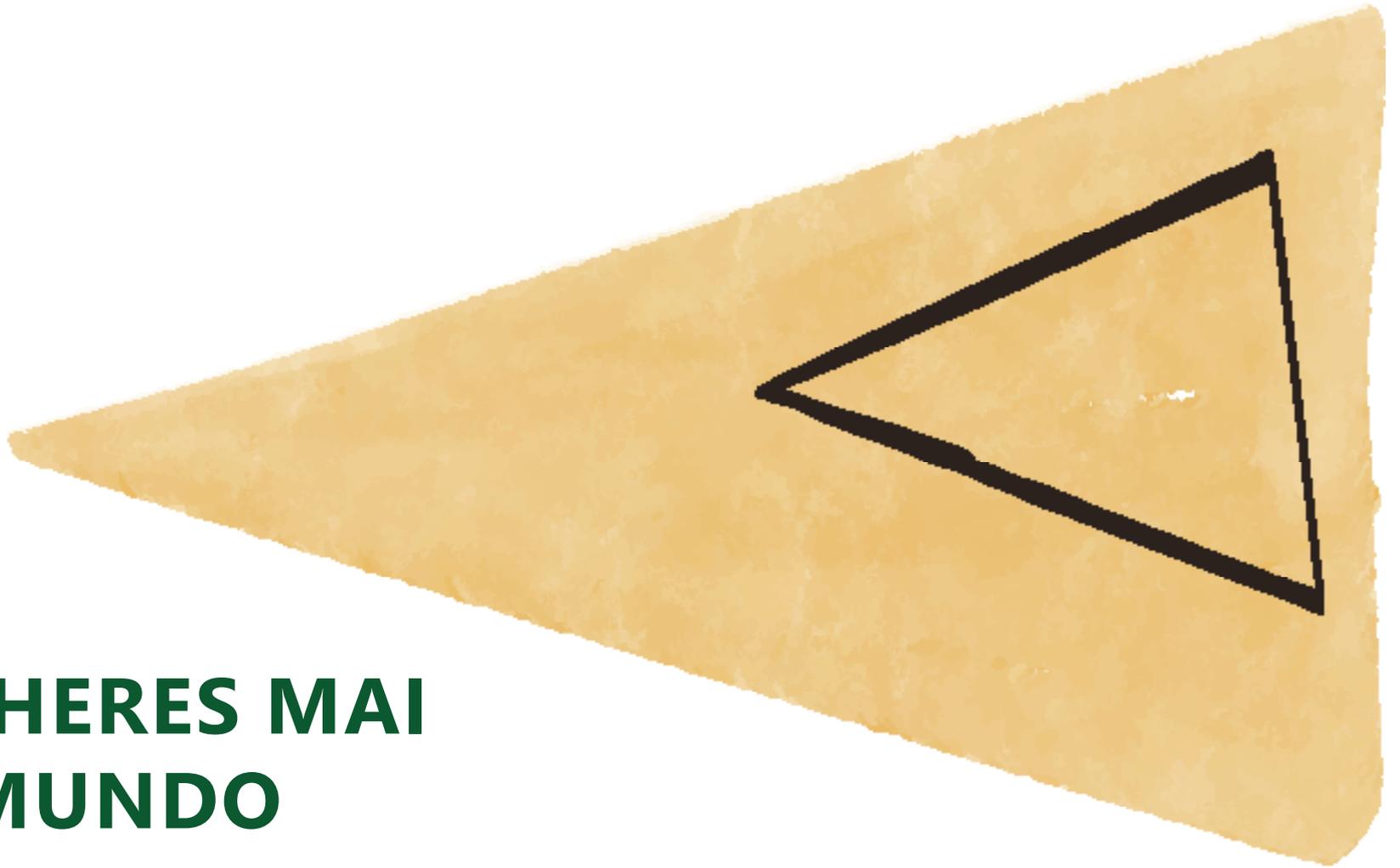
A 1 de agosto de 2013, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, cargo que atualmente ocupa.



Maria João Rosado, Comandante Operacional.

Ingressou no Corpo de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo em 1991, tendo percorrido a carreira de bombeiro até à categoria de Chefe. Foi Oficial Bombeiro de 2.ª, tendo posteriormente integrado o Quadro de Comando enquanto Adjunto de Comando, no qual permaneceu durante 5 anos. Formadora externa da Escola Nacional de Bombeiros nas áreas de Salvamento e Desencarceramento, Brigadas de Incêndio e Combate a Incêndios Florestais. Operadora de Telecomunicações de Emergência no Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora entre 2007 e 2017, inclusive. Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020 desempenhou o cargo de 2.º Comandante Operacional Distrital de Évora. Tomou posse como Comandante Operacional Distrital de Évora em dezembro de 2020.

**MULHERES MAI
NO MUNDO**



MULHERES MAI NO MUNDO



Ana Jorge, é Inspetora do SEF desde 1991, tendo exercido cargos de chefia no Aeroporto de Lisboa e em outras unidades de gestão de fronteiras e, entre 2009 e 2012, foi oficial de ligação da FRONTEX em Bruxelas.

A agência FRONTEX está sediada em Varsóvia e é uma estrutura virada para a segurança e controlo das fronteiras externas que em Portugal tem o SEF como ponto de contacto.

Atualmente é Chefe de Unidade de Operações Conjuntas na Agência Europeia da Guarda de Fronteira e Costeira - FRONTEX.



A major Ana Lopes foi a primeira mulher a comandar uma missão internacional da GNR. Ainda era capitão, quando integrou a missão FRONTEX *Joint Operation Poseidon Sea*, em Atenas, Grécia, entre abril de 2016 e julho de 2016.



1.º Sargento Susana Gomes, atualmente Sargento-Ajudante, entre abril de 2013 e setembro de 2014, participou na missão EUMM (*European Union Monitoring Mission*) Geórgia, com a função de *monitor field office Mtskheta*.



Florbela Carrilho, tem 50 anos e é Intendente da Polícia de Segurança Pública.

Encontra-se desde 21 de janeiro de 2021, na Missão de Aconselhamento da União Europeia - EUAM RCA (*Mission de Conseil de L'Union Européenne en République Centrafricaine*), estabelecida no âmbito da Decisão do Conselho da União Europeia (PESC) 2019/2021 de 19 de dezembro de 2019, nos termos de um acordo estabelecido entre a União Europeia e a República Centro Africana. Na qualidade de comandante de contingente e Conselheira Estratégica para a Segurança Pública, apoia a reforma do Setor da Segurança Centro Africana e contribui para a reorganização e desenvolvimento do planeamento operacional das forças de segurança.



Paula da Velha, Inspetora coordenadora e oficial de ligação de imigração do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Cabo Verde, desde 1 de fevereiro de 2020.

Equiparada a conselheira de embaixada, estando colocada na Embaixada de Portugal na Praia.

Mónica Luzio, Chefe da Polícia de Segurança Pública, tem 48 anos.

Iniciou a carreira profissional como Agente no ano de 1998, no Comando Metropolitano de Lisboa, 1.ª Divisão, no patrulhamento auto.

Desde 25 de fevereiro de 2020, integra a missão internacional de paz - MINUSCA, onde ainda se encontra a exercer funções na equipa de pesquisa e investigação criminal, sendo responsável pelo apoio às forças de segurança Centro Africanas nos processos crime mais graves e sensíveis, garantindo o respeito dos direitos humanos e o cumprimento das regras previstas pela lei nacional e internacional.

É igualmente membro da equipa de escolta de detidos *high-profile* que são transferidos das diversas províncias para a capital.



Sónia Martins, tem 37 anos e é Subcomissário da Polícia de Segurança Pública (PSP). A primeira missão no Gabinete Integrado para a Construção da Paz, das Nações Unidas na Guiné Bissau (UNIOGBIS) entre maio de 2018 e janeiro de 2019 e a segunda no Sudão do Sul, entre fevereiro e junho de 2019, tendo sido agraciada com uma Carta de Reconhecimento, pelos bons serviços prestados, pelo Representante Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Atualmente é Chefe do Núcleo de Cibercriminalidade, do Departamento de Investigação Criminal da Direção Nacional da PSP.



Sandra Sofia Mateus de Sampaio, Inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras desde maio de 2004, licenciada em Gestão de Empresas e Mestre em Marketing Internacional pela *Sheffield Hallam University*, Reino Unido. Desempenhou, desde sempre, funções operacionais, tendo sido elemento da Unidade de Investigação Criminal do SEF durante 14 anos, participou em missões nas Operações da FRONTEX como *FRONTEX Support Officer*, tendo sido destacada para Itália, participou como perita em Tráfico de Seres Humanos num projeto desenvolvido no Ruanda entre 2018 e 2020, é perita na área de retorno no âmbito das avaliações Schengen da Comissão Europeia e participa ativamente em diversos Grupos e Projetos da União Europeia relacionados com as áreas da migração e investigação criminal.

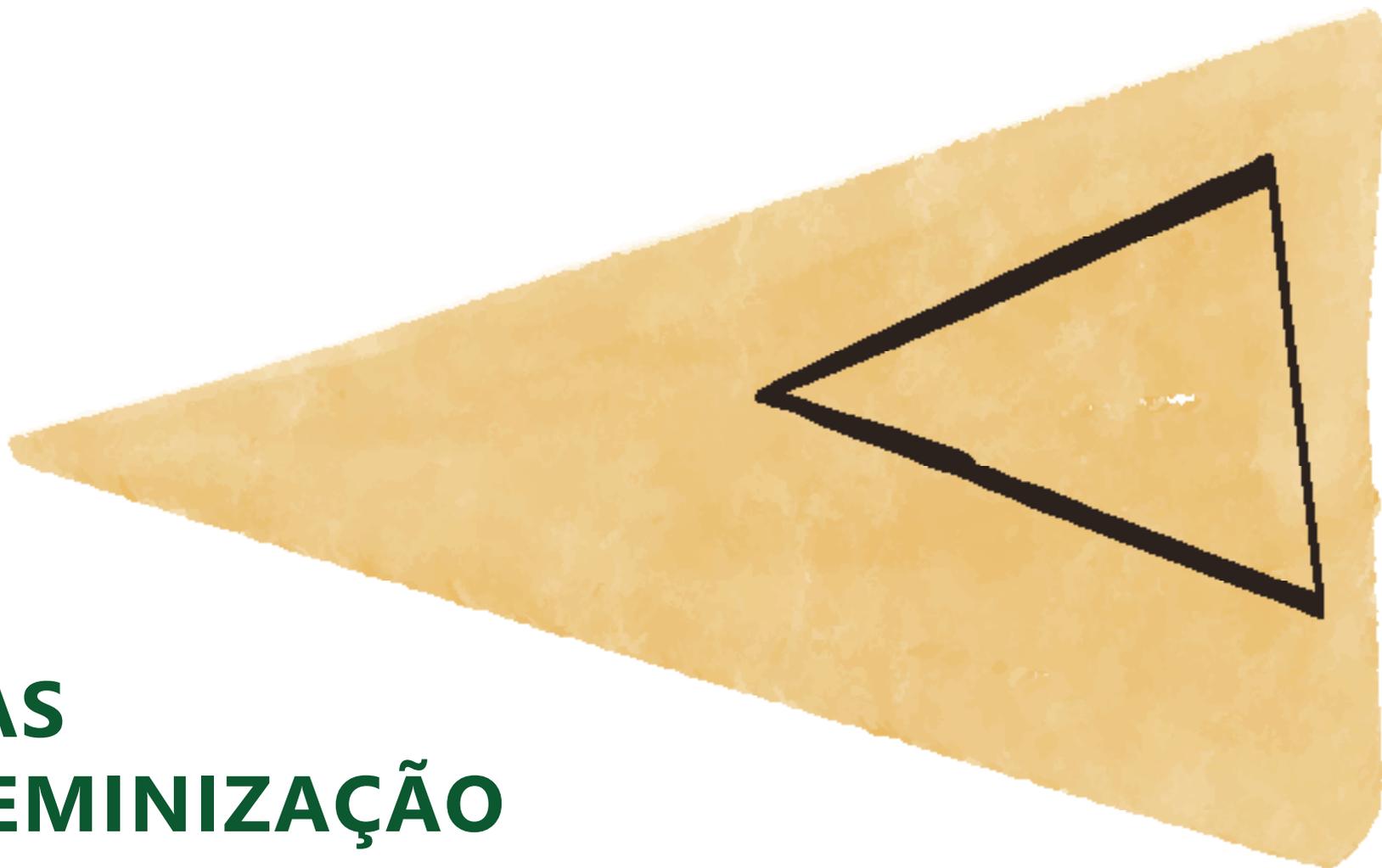


Carla Miranda, tem 43 anos, e é Agente Principal da PSP, no Comando Metropolitano do Porto. Ingressou na Escola Prática de Polícia a 27 de outubro de 2003.

Iniciou funções na Divisão de Segurança a Instalações, do Comando Metropolitano de Lisboa, em maio de 2004 até dezembro de 2015. Transferida nessa data para o Comando Metropolitano do Porto, trabalhou na 9.ª Esquadra, 1.ª Divisão e, posteriormente, no Núcleo de Armas e Explosivos, onde ainda exerce funções. Participou na Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), em representação de Portugal e da PSP, entre setembro de 2019 e setembro de 2020, Oficial de ligação em Malakal entre a Missão (UNMISS) e as autoridades locais.



TAXAS DE FEMINIZAÇÃO



TAXAS DE FEMINIZAÇÃO

Na presente análise são contemplados os organismos existentes em 2020.¹

TAXA DE FEMINIZAÇÃO GLOBAL (2010-2020)

Gráfico 1: Taxa de feminização dos Serviços

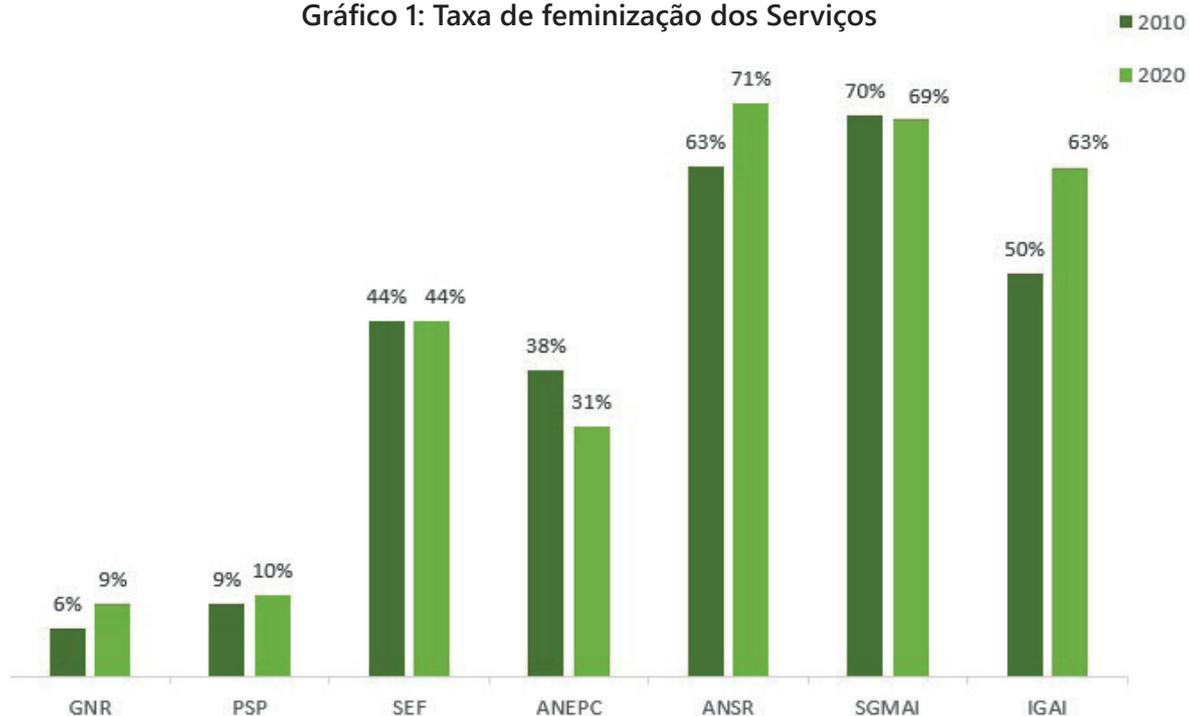


Gráfico 1: Podemos verificar que a taxa de feminização mais elevada é na ANSR (71%), seguida da SGMAI (69%), ambas no ano de 2020. Os valores mais baixos situam-se na GNR (9%) e na PSP (10%). Relativamente à IGAI a taxa feminização em 2020 é de 63%, constituindo um aumento de treze pontos percentuais face a 2010, sendo que, ao nível das funções inspetivas a taxa de feminização passou de 17% (2010) para 37% (2020), o que resulta de um esforço da respetiva direção para promover um equilíbrio de género na área operacional.

¹ Não foram considerados os valores referentes aos Governos Cívicos, à Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos (DGIE) e Direção-Geral da Administração Interna (DGAI), neste período de tempo, uma vez que foram, entretanto, extintos.
- Governos Cívicos - Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro;
- DGAI - Decreto-Lei n.º 161-A/2013 - Diário da República n.º 233/2013, 1.º suplemento, Série I de 2013-12-02;
- DGIE - Decreto-Lei n.º 112/2014 - Diário da República n.º 132/2014, Série I de 2014-07-11.

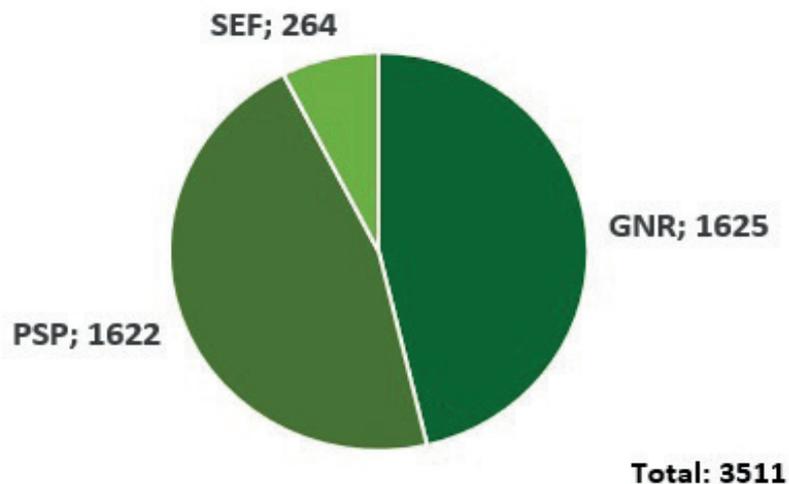
TAXAS DE FEMINIZAÇÃO EM FUNÇÕES OPERACIONAIS

Os dados constantes na presente secção têm como fonte os respetivos serviços do Ministério da Administração Interna (GNR, PSP, SEF e ANEPC), sendo os cálculos apresentados da responsabilidade da equipa que coordenou/elaborou a presente publicação.

Taxas de feminização nas Forças e Serviços de Segurança (FSS)

No caso da análise estatística relativa às taxas de feminização nas Forças e Serviços de Segurança (FSS), recuou-se até ao ano 2000 de modo a permitir uma análise mais completa.

Gráfico 2: Mulheres nas FSS - Elementos policiais (Militares/Polícias/Inspetoras)- ano 2020



No final de 2020 existiam 3511 mulheres em funções operacionais nas FSS.

Gráfico 3: Mulheres nas FSS - Elementos policiais (Militares/Polícias/Inspetoras)- ano 2010

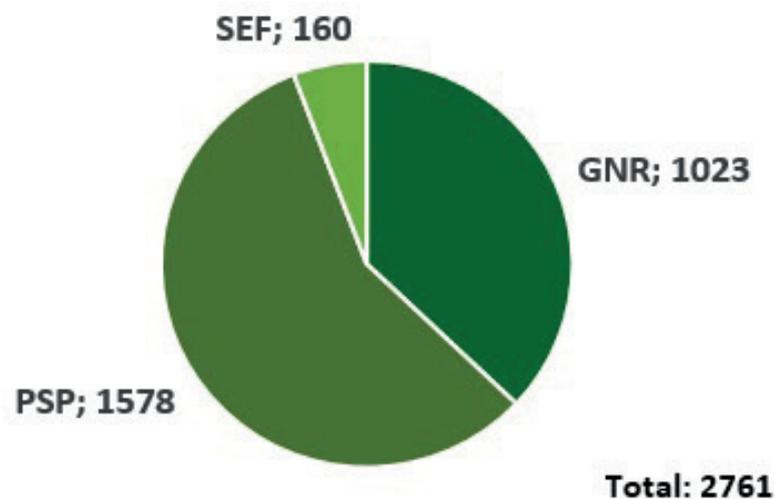
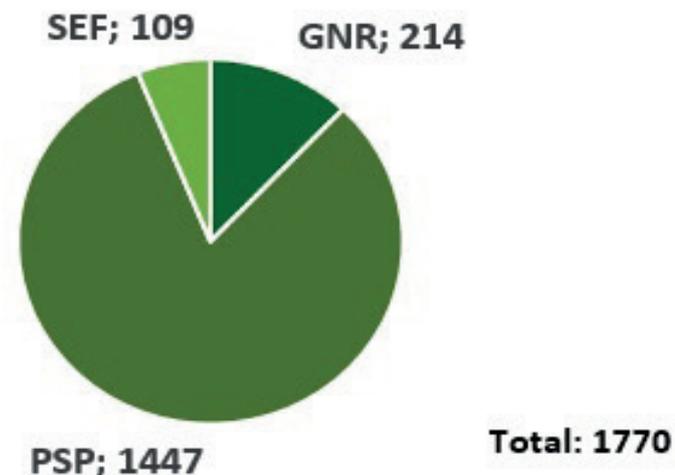


Gráfico 4: Mulheres nas FSS - Elementos policiais (Militares/Polícias/Inspetoras) - ano 2000



Entre 2000 e 2010 entraram para as FSS cerca de **1000 mulheres** (elementos policiais) (991), **entre 2010 e 2020 entraram mais 750**. Há vinte anos (ano 2000) nas Forças e Serviços de Segurança 4% dos efetivos operacionais eram mulheres, passados vinte anos são 8% (7% na GNR, 8% na PSP e 25% no SEF). Na GNR, as alterações foram especialmente evidentes, em 2000 existiam 214 militares e em 2020 já eram 1625.

Efetivos nas FSS e número de mulheres - 2020

	GNR			PSP			FS		
	Total	M	Tx. Fem (%)	Total	M	Tx. Fem (%)	Total	M	Tx. Fem (%)
Efetivos- Global	22708	2018	8,9	20459	2077	10,2	43167	4095	9,5
Militares/Policiais	21847	1625	7,4	19832	1622	8,2	41679	3247	7,8
- Guardas/Agentes	18702	1396	7,5	16821	1331	7,9	35523	2727	7,7
- Sargentos/Chefes	2253	146	6,5	2219	177	8,0	4472	323	7,2
- Oficiais	892	83	9,3	792	114	14,4	1684	197	11,7

Gráfico 5: Taxa de feminização - Militares/polícias/inspetores (%) - FSS (2000/2010/2020)



Analisando um pouco mais em pormenor, por categoria dos elementos policiais:

GNR

	Global	Entre militares			
		Guardas	Sargentos	Oficiais	Total
2000	1,9	0,9	0,0	0,5	0,8
2010	6,1	4,6	2,4	4,3	4,4
2020	8,9	7,5	6,5	9,3	7,4
Varição (2000-2020)	↗	↗	↗	↗	↗

Analisando a taxa de feminização ao longo dos últimos 20 anos (2000-2020) na GNR verificam-se subidas evidentes a nível global e nesta taxa entre militares (no ano 2000 as mulheres eram praticamente inexistentes entre os militares da GNR e em 2020 a taxa de feminização entre os militares da GNR é de 7,4%).

Entre os agentes a taxa de feminização aumentou 1,5 pontos percentuais e entre oficiais o aumento foi mais expressivo: 4,7 pontos percentuais.

SEF

	Global	Entre elementos carreira CIF				Total
		Inspetor/a	Inspetor/a chefe	Inspetor/a Coordenador/a	Inspetor/a Coordenador/a Superior	
2000	42,6	14,8	20,0	48,6	-	19,2
2010	44,4	18,7	13,9	32,3	54,8	20,6
2020	44,0	25,1	15,3	37,7	48,4	25,5
Varição (2000-2020)	↗=	↗	↘↗	↘↗	↘	↗

Ao nível do SEF, a taxa de feminização global manteve-se em valores idênticos, passando de 43% em 2000 para 44% em 2020. Verificou-se um aumento evidente neste período na taxa de feminização na carreira de investigação e fiscalização: passou de 19,2% para 25,5%.

PSP

	Global	Entre elementos policiais			Total
		Agentes	Chefes	Oficiais	
2000	9,6	6,4	9,7	9,7	6,9
2010	9,4	6,9	9,1	9,6	7,3
2020	10,2	7,9	8,0	14,4	8,2
Varição (2000-2020)	↗	↗	↘	↗	↗

Analisando a taxa de feminização ao longo dos últimos 20 anos (2000-2020) na PSP verificam-se ligeiras subidas ao nível da taxa de feminização global e da taxa de feminização entre elementos policiais (sendo que entre estes efetivos, ao nível dos/as chefes em 2020 a taxa de feminização é inferior à registada em 2000, em 1,7 pontos percentuais).

Mulheres em funções operacionais específicas - Forças de Segurança - 2020

GNR

	N.º de mulheres militares
Comandantes de Posto	15
Comandante de Destacamento territorial	18
Comandante de Comando territorial	0
Afetas ao Programa IAVE nos NIAVE	47
Afetas às secções de inquérito (nos postos e sub-destacamentos)	78
Afetas aos programas especiais de policiamento de proximidade	88
<i>Na...</i>	
Unidade de Controlo Costeiro	26
Unidade de Ação Fiscal	29
Unidade Nacional de Trânsito	6
Unidade de Segurança e Honras de Estado	96
Unidade de Intervenção	17
Escola da Guarda	25
Academia Militar	1

Na GNR, 18 mulheres são comandantes de destacamento territorial e 15 comandam postos territoriais.

Existem 47 mulheres afetas aos Núcleos de investigação e apoio a vítimas específicas (NIAVE- com a sua intervenção fundamental nomeadamente na violência doméstica), 78 ao nível das secções de inquérito e 88 ao nível dos programas especiais de policiamento de proximidade; estão presentes na Unidade de Controlo Costeiro, na Unidade Nacional de Trânsito e na Unidade de Intervenção, entre outras unidades.

PSP

	N.º de mulheres polícias
Comandantes de Esquadra	39
Comandante de Divisão	4
Comandante de Comando de Polícia (metropolitano/distrital/regional)	2
Afetas ao Modelo integrado de policiamento de proximidade (MIPP)	152
Afetas às Equipas de proximidade e apoio à vítima (EPAV)	70
Afetas às Equipas do programa Escola Segura (EPES)	72
Afetas às Equipas especiais Violência doméstica (VD) (investigação criminal)	16
<i>No/a...</i>	
Corpo de Segurança Pessoal	10
Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo	1
Grupo Operacional Cinotécnico	2
Escola Prática de Polícia	14
Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança interna	31
Inspeção	2

Na PSP, 39 mulheres comandam esquadras, 4 comandam divisões e 2 estão à frente de comandos policiais.

Existem 70 mulheres na PSP afetas às Equipas de Proximidade e Apoio às Vítimas (EPAV), 72 afetas às Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e 16 nas Equipas especiais VD; estão presentes no Corpo de Segurança Pessoal, no Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo, no Grupo Operacional Cinotécnico, entre outras unidades.

SEF

	N.º de mulheres da CIF ² em funções de direção/coordenação - operacional
Direção de Fronteiras de Lisboa	2
Direções regionais	5
Delegações regionais	1

No SEF 5 mulheres têm funções de direção/coordenação nas direções regionais, incluindo a Direção regional dos Açores. Duas mulheres têm funções de direção/coordenação ao nível da Direção de Fronteiras de Lisboa. Várias mulheres assumem funções de coordenação em outras unidades (ex.: Gabinete de Asilo e Refugiados).

PROTEÇÃO CIVIL

Proteção civil

Ano	N.º de mulheres elementos da Força Especial de Proteção Civil (FEPC) ⁵ – “Canarinhos”	N.º de mulheres elementos das Equipas de Intervenção Permanente (EIP)
2011	9	41
2020	8	96

Na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), 96 mulheres fazem parte das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) e 8 fazem parte da Força Especial de Proteção Civil (FEPC) – “Canarinhos”. Em 2011, os valores eram de 41 e 9 respetivamente³.

Adicionalmente, refere-se que 22% do total de bombeiros/as em Portugal, no quadro ativo (em 2020: 30151), são mulheres e 44 mulheres assumem funções de comando a este nível. No ano 2011 a taxa de feminização era de 18% e eram 24 as mulheres no quadro de comando⁴.

SEGURANÇA PRIVADA

A título complementar e tendo em conta que a atividade de segurança privada é regulada pelo Ministério da Administração Interna, faz-se constar aqui que em 2019 a taxa de feminização entre o total de vigilantes ativos/as (39179) era de 9%, proporção que em 2010 era de 10%.

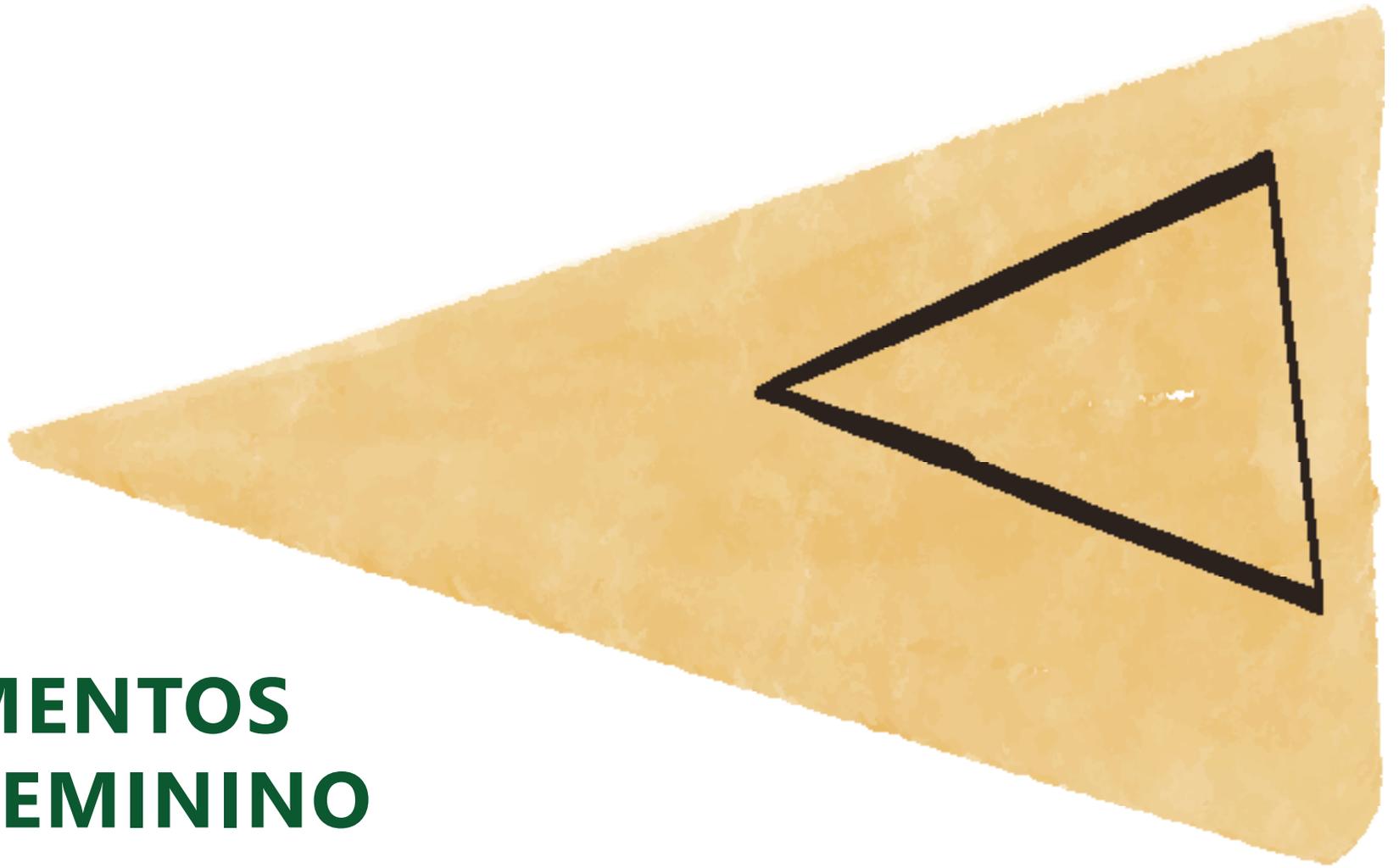
² Carreira de Investigação e Fiscalização.

³ Dados para 2010 não disponíveis.

⁴ Idem.

⁵ A Força Especial de Proteção Civil (FEPC) sucedeu à Força Especial de Bombeiros (FEB) - “Canarinhos” (Decreto-lei n.º 45/2019, de 1 de abril).

**MOMENTOS
NO FEMININO**





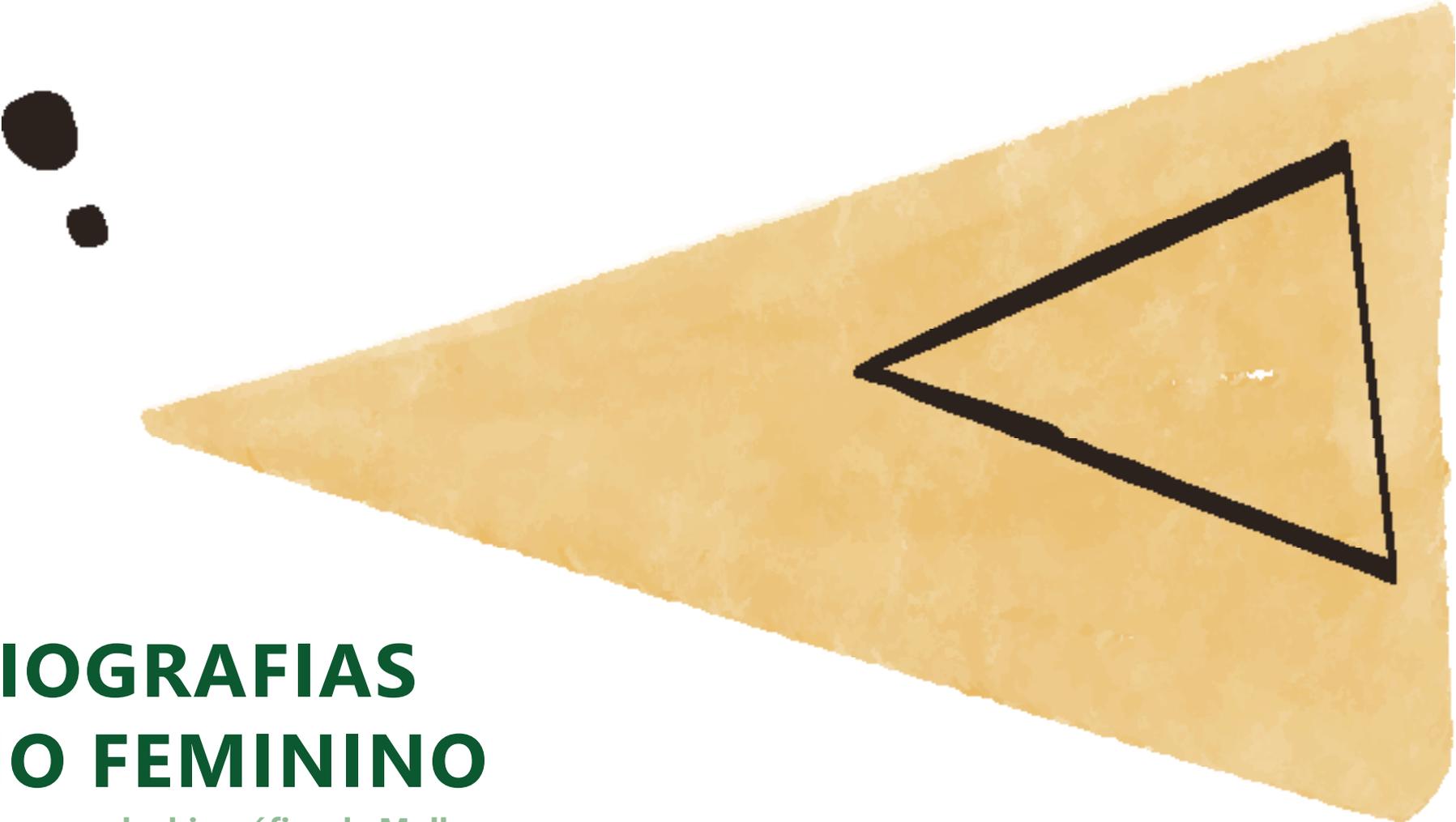












BIOGRAFIAS NO FEMININO

Breve resenha biográfica de Mulheres em cargos
de Governo ou dirigentes superiores na Administração Interna (2011-2021)
(por ordem cronológica)



DALILA ARAÚJO

Nasceu a 4 de dezembro de 1954 em Fontes, Santa Marta de Penaguião. É licenciada em Línguas e doutorada em Ciência Política.

No XVIII Governo Constitucional foi nomeada **Secretária de Estado da Administração Interna**, sendo a primeira mulher a assumir funções de tutela na área da segurança interna, exercendo o cargo entre 2009 e 2011.



ANABELA MIRANDA RODRIGUES

Nasceu a 5 de dezembro de 1953, em Coimbra. É licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É Professora catedrática na mesma universidade e leciona Direito e Processo Penal.

No XIX Governo Constitucional foi nomeada **Ministra da Administração Interna**, sendo a primeira mulher a ter esta função na história deste Ministério, exercendo o cargo entre 19 de novembro de 2014 e 30 de outubro de 2015.



CONSTANÇA URBANO DE SOUSA

Nasceu a 1 de abril de 1967, em Coimbra. Em 1991 licenciou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Tem uma Pós-graduação em Direito Europeu, no Instituto de Estudos Europeus da Universidade de Sarre, em 1994. Em 1997 doutorou-se, em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Saarland na Alemanha.

No XXI Governo Constitucional foi nomeada **Ministra da Administração Interna**, cargo que exerceu entre 26 de novembro de 2015 e outubro de 2017.



ISABEL ONETO

Nasceu em 14 de setembro de 1959. É licenciada em Direito, pela Universidade Moderna de Lisboa e Mestre em Ciências Jurídico-Criminais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

No XXI Governo Constitucional foi nomeada **Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna**, cargo que exerceu de 26 de novembro de 2015 a 26 de outubro de 2019.



PATRÍCIA GASPAR

Nasceu em 1973, em Lisboa. É licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

No XXII Governo Constitucional é nomeada **Secretária de Estado da Administração Interna**, cargo que ocupa desde 26 de outubro de 2019 até à atualidade.



NELZA FLORÊNCIO

Nasceu a 10 de junho de 1947 em Algoz, Faro. É licenciada em Economia, Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior Económico e Social de Évora.

A 26 de outubro de 2005, assume o cargo de **Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna**, ficando desvinculada a 1 de janeiro de 2014.



EUCÁRIA VIEIRA

Nasceu a 26 de outubro de 1955 em Monserrate, Viana do Castelo. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em 2007 e 2010 frequentou dois Cursos de Pós-graduação em Direito Público, na Universidade Católica Portuguesa do Porto e na Universidade de Coimbra e em 2018 o Curso de Direito da Defesa Nacional, no Instituto da Defesa Nacional.

Exerceu funções de **Auditora Jurídica do Ministério** entre 2013 e 2017, retomando as funções em 2018 até 2019.



LUÍSA MAIA GONÇALVES

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, autora de vários volumes da Coleção Migrações Séc. XXI e é inspetora coordenadora superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A 6 de janeiro de 2016 foi nomeada **Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**, cargo que ocupou até 5 de outubro de 2017. Foi a primeira mulher a exercer este cargo no SEF.

Atualmente exerce funções no Gabinete do Ministério Público no Tribunal Constitucional.



MARGARIDA BLASCO

Nasceu a 25 de julho de 1956 em Castelo Branco. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1978.

A 17 de fevereiro de 2012 foi nomeada **Inspetora-Geral da Administração Interna**, cargo que exerceu até julho de 2019.

A 24 de abril de 2019, enquanto Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa, foi nomeada Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça.



TERESA COSTA

Nasceu a 11 de fevereiro de 1963 em Lisboa. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1986.

A 6 de janeiro de 2015 foi nomeada, **Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Administração Interna**, cargo que ocupa atualmente.



MARIA DO CÉU MADEIRA

Nasceu a 30 de outubro de 1958. Licenciada em Direito, tem o Curso de Administração Hospitalar, a Pós-graduação em Direito da Medicina.

Em 29 de abril de 2016 foi nomeada **Diretora Nacional de Recursos de Proteção Civil da Autoridade Nacional de Proteção Civil**, cargo que exerceu até 2017.



CRISTINA GATÕES

Nasceu a 4 de julho de 1966, em Coimbra. É licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra e é inspetora coordenadora superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

A 16 de janeiro de 2019 foi nomeada **Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**, cargo que exerceu até 9 de dezembro de 2020.



ISABEL BALTAZAR

Nasceu a 7 de abril de 1967. É licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.

A 19 de junho de 2019 foi nomeada **Diretora Nacional Adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**, tendo cessado a comissão de serviço em 10 de dezembro de 2020.



ANABELA CABRAL FERREIRA

Natural de Ferreira do Zêzere. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área das Ciências Jurídico-Económicas. Tem uma Pós-Graduação em contencioso administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa e o *Master of Public and International Law* na Universidade de Melbourne, na Austrália.

Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa que, a 15 de julho de 2019, foi designada **Inspetora-Geral da Administração Interna**, cargo que ocupa atualmente.



ANA CRISTINA ANDRADE

Nasceu a 24 de fevereiro de 1971. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FD/UL), em 1994. Tem uma Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, da FD/UL.

A partir de 1 de março de 2020, é nomeada **Diretora Nacional de Administração de Recursos da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**, cargo que ocupa atualmente.



ANA MARIA BESSA

É licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e é técnica superior da Polícia de Segurança Pública. A 31 de julho de 2020 foi nomeada **Diretora Nacional Adjunta da Unidade Orgânica de Logística e Finanças da Polícia de Segurança Pública**, cargo que ocupa atualmente.



ANA TOMAZ

Nasceu em 1975. É licenciada em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico em 1999. Tem o *Master in Business Administration* pela *Nova School of Business and Economics and Católica Lisbon School of Business & Economic*, em 2014.

A 31 de julho de 2020 foi nomeada **Vice-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária**, cargo que ocupa até à presente data.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ADMINISTRAÇÃO INTERNA